

RELATORIA

INTERCÂMBIO ENTRE PARLAMENTARES BRASILEIROS E EURODEPUTADOS

Data: 23/05/22

Horário: 9h às 10h30



Importância do legislativo para democratização da política externa

No Brasil, a política externa é desenhada pelo Ministério de Relações Exteriores e pelo Itamaraty. O legislativo em geral não participa desse desenho, mas a Frente entende que o legislativo tem um papel importante para ampliar o espaço de participação da sociedade civil na política externa, promovendo debates relacionados ao tema, estando atento aos temas internacionais e a como eles tem sido definidor do desenho das políticas públicas no âmbito nacional. A globalização se aprofundou nos últimos anos e tem trazido impactos concretos para os direitos da população.

Desmonte institucional no Brasil e a insuficiência dos protocolos adicionais

Os interesses de todos os países envolvidos no Acordo EU-Mercosul precisam ser levados em conta no Acordo, não é admissível os países do Mercosul sigam sendo uma espécie de “fazenda” da Europa. Há no Brasil um desmonte das políticas ambientais, as principais instituições responsáveis pelo cuidado das comunidades tradicionais e indígenas foram desmontados pelo governo de Jair Bolsonaro. Há pouco tempo atrás o Brasil foi responsável pela diminuição das emissões dos gases do efeito estufa, no entanto, o cenário hoje é de total desmonte das políticas ambientais e climáticas e de aumento do desmatamento. Os desmontes dessas políticas se somam ao desmonte de outras políticas para o enfrentamento das desigualdades. O resultado é, por exemplo, aumento da violência no campo. Em relação ao Acordo EU-Mercosul é preciso entender que qualquer protocolo adicional ao Acordo é insuficiente para assegurar direitos já que às institucionalidades brasileiras estão sendo desmontadas. A Lei do Licenciamento Ambiental por exemplo flexibiliza completamente a implementação de empreendimentos, a Lei de Regularização Fundiária vai na contramão da reforma agrária e favorece a apropriação das terras públicas pelos grandes latifundiários, se aprovado o Marco Temporal praticamente 50% dos povos indígenas vão perder os direitos sobre seus territórios, há ainda projetos de lei em debate no congresso para que o governo possa romper com a Convenção da OIT 169, aumente ainda mais o uso de agrotóxicos. Como estamos num ano eleitoral, esse debate precisa ser retomado apenas num novo governo.

Qual o posicionamento do PT em relação ao Acordo?

Atualmente o parlamento europeu discute uma legislação que proíbe a importação de produtos oriundos de áreas desmatadas. Sabemos que nos últimos anos europeus tentaram negociar protocolos adicionais com o Brasil, mas não houve avanços significativos. A grande questão estratégica para o futuro será responder à pergunta “qual o posicionamento do Lula em relação ao Acordo EU-Mercosul? Como podemos fazer pressão nele ou no PT?” Há uma pressão muito grande na EU para que se aprove o acordo devido a Guerra da Ucrânia, no entanto, também há uma pressão muito grande para se garantir os padrões de sustentabilidade.

Qual será a nossa consigna neste ano eleitoral?

Há no Brasil uma tendência muito forte de retrocesso dos direitos ambientais. O Acordo Mercosul-EU é um descalabro se debatido considerando a ausência de participação da sociedade civil, o contexto de avanço do autoritarismo do governo, o aumento do desmatamento, a violência contra os povos indígenas. Sem dúvida a tarefa numero um é derrotarmos o Bolsonaro nas eleições de 2022, mas também é preciso conceituar o Acordo para além da questão ambiental, porque ele é ruim para os trabalhadores da EU e do Brasil, amplia a

subordinação dos trabalhadores brasileiros as cadeias globais, desemprega os trabalhadores europeus do campo, amplia a desindustrialização no Brasil e traz impactos negativos para a economia. Há resistência da sociedade civil brasileira contra o Acordo, a Frente é formada por mais de 120 entidades que se posicionam contra o Acordo. Isso não é menor. Considerando a conjuntura eleitoral, qual será a nossa consigna? Qual será a nossa agenda mínima para fazermos a luta política nestes anos eleitoral. Já lutamos contra a ALCA no início dos anos 1990 e temos bagagem pra barrar mais esse Acordo.

É muito importante que possamos mudar esse acordo! A questão é como vamos mudar e com que ferramentas jurídicas?

É extremamente importante que a EU tenha boas relações com países como o Brasil, que embora agora não tenha opiniões semelhantes devido ao governo de Jair Bolsonaro, é um país democrático e possui uma aproximação cultural e econômica com a EU. Devido a Guerra com a Ucrânia há de fato uma pressão muito grande para aprovação do Acordo, não existe apenas uma maior demanda por energia, mas há também uma crise alimentar com consequências devastadoras para regiões mais vulneráveis. Não deveríamos cometer os mesmos erros do passado que utilizaram esses Acordos de Livre Comércio como alavanca para o desenvolvimento econômico. É muito importante que possamos mudar esse acordo! A questão é como vamos mudar e com que ferramentas jurídicas? A mudança de governo no Brasil em 2022 gera esperança para essas mudanças. No momento as negociações estão paradas, não vão para lugar nenhum. Acho importante apenas dizer que a 5 anos atrás não havia uma preocupação tão grande com a questão da sustentabilidade no parlamento europeu como há hoje.

Tratado de Escazú como ferramenta de luta política

Para abrir o debate sobre a importância de renegociar o Acordo EU-Mercosul e influenciar na campanha eleitoral o Tratado de Escazú (2018) pode ser uma ferramenta importante. Ele é um Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe.

Moratória aos Acordos Comerciais enquanto a fome permanecer no Brasil

Tendo em vista que a pandemia ampliou a fome no Brasil e que nos últimos anos está em curso um processo de dolarização do preço dos alimentos, não caberia um debate no nível do parlamento brasileiro sobre a criação de uma moratória à assinatura de qualquer acordo comercial que beneficie o setor de alimentos enquanto permanecerem os índices de fome e insegurança alimentar no país. Logo, atrelar a renegociação do acordo deveria estar atrelada à diminuição da fome no país, isso significaria ainda uma importância mudança de paradigma já que direcionaria investimentos para a agricultura familiar ao invés do agronegócio.

Compromissos políticos do PT em relação ao meio ambiente

É claro que ninguém aqui pode falar em nome do Lula, mas do ponto de vista das medidas programáticas que ele já assumiu na campanha é possível dizer que há um compromisso para reestruturação das institucionalidades democráticas brasileiras que regulamentam a política ambiental, há um compromisso com a diminuição do desmatamento, com a situação da agricultura familiar. Agora, sabemos que tudo depende da luta política e da pressão que a sociedade faz para que a política caminhe nesse sentido. Em relação ao Acordo EU-Mercosul, a partir de conversas com Celso Amorim, percebe-se que há um descontentamento ideológico do PT com os termos do Acordo e que o ideal seria renegociá-lo, mas como já levantamos, haverá muita pressão do agronegócio e da mídia para que ele seja aprovado como está.

Ausência de tributação sobre o modelo agroexportador é uma questão urgente

Dado os danos ambientais e sociais que o modelo agroexportador produz, ele já é sobretaxado. Como o Acordo EU-Mercosul tem taxa zero para diversos produtos, é urgente discutirmos no parlamento e na sociedade o tema do aumento da tributação do setor.

Precisamos condicionar acesso aos mercados à padrões de produção que respeitem os direitos humanos

É muito difícil comercializar exigindo padrões de produção, em geral Acordos Comerciais não tem promovido esse tipo de comércio. No caso Francês temos tido acúmulo no tema a partir do que chamamos medidas espelho.

Num eventual governo Lula/Alkmin devemos pedir para parar tudo e começar do zero? Qual o acordo de Cooperação queremos?

Considerando a história do Acordo EU Mercosul é possível dizer que ele é essencialmente um Acordo de Comércio e não um Acordo de Cooperação, tendo esse vício de origem é muito difícil acreditar que protocolos adicionais sejam capazes de solucionar os problemas que ele coloca para os países dos dois lados do atlântico, em especial para os países do sul. Há inda um segundo vício de origem que se relaciona ao tempo de 20 anos que o acordo está em debate, porque ele já nasce desalinhado com os compromissos climáticos que assumimos desde o Acordo de Paris e que mais recentemente se aprofunda com o Green New Deal. Há ainda uma questão específica do Brasil que explica porque até 2018 o Brasil não tinha assinado o Acordo EU-Mercosul. A questão é que o país possui um modelo próprio para Acordos de Cooperação de Investimento que é o modelo “Acordos de Cooperação e Facilitação de investimentos (ACFI)” que estimula investimentos sem termos vinculantes.

Encaminhamentos

- ✈ Realizar conversas bilaterais para sensibilizar outros parlamentares/candidatos brasileiros para o tema
- ✈ Realizar conversas bilaterais com assessoria da Deputada Ana Cavazzini para construção de estratégias de incidência comum
- ✈ Realizar um segundo intercambio antes das eleições, proposta que seja em agosto/22
- ✈ Realizar um terceiro intercâmbio depois das eleições, proposta que seja em novembro/22, preferencialmente articulado com a COP27
- ✈ Avaliar se a Frente quer e tem condições p/ construir esses intercâmbios junto com a sociedade civil da América Latina / envolvendo os parlamentares do Parlasul.